

BOLETIM

INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXV nº 1331 - 01/02/2016 a 07/02/2016

Tiragem desta edição 26.000 exemplares



LOGÍSTICA

COMO VAMOS ESCOAR A PRODUÇÃO?



CADASTRO AMBIENTAL RURAL

FALTAM

95

DIAS PARA O
TÉRMINO DO PRAZO

Soja
Amaranthus palmeri,
uma nova ameaça

VBP

Ganhos cresceram
em 2015

www.sistemafaep.org.br

Há vários desafios em viver e trabalhar com a agricultura em um país tropical como o Brasil. Um deles é o das pragas. A natureza do nosso país é exuberante e cheia de vida, tanto que muitas dessas formas de vida têm o péssimo hábito de comer as nossas plantações. Outro desafio é conviver com estações de chuva intensa, como a que se abateu sobre o Paraná em dezembro do ano passado e nas duas primeiras semanas de 2016 e que amplificou o desafio de infraestrutura da logística e dos serviços públicos nas últimas semanas.

Sabe-se disso desde que os primeiros colonizadores portugueses chegaram por aqui, quatro séculos atrás. Ou há ainda mais tempo, se levarmos em conta a experiência dos indígenas, que serviu de base para o desbravamento do país. Mesmo assim, a cada ano temos de lidar com tragédias de diferentes graus, provocada pela mais previsível das intempéries. Em temporadas influenciadas pelo El Niño, como a atual, é ainda pior.

Que teremos de fazer para ver esses problemas resolvidos? Restará ao produtor rural apenas a alternativa da oração, para que as águas cessem a cair do céu? Ou será que algum dia teremos governantes (em todas as esferas, nacional, estadual e nos municípios) capazes de prover um mínimo de planejamento para fazer frente a esses desafios?

Os problemas logísticos provocados pelas chuvas estão entre os destaques desta edição. O leitor vai encontrar também informações sobre as assembleias realizadas pela FAEP no dia 25 e muitas outras notícias úteis e interessantes.

Boa leitura!

Índice

Assembleia	03
Nota/Fundepec	13
PER	14
Logística	16
Prevenção	20
Conjuntura	22
SENAR-PR	24
Conseleite	26
Notas	27
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP; Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal: Sebastião Olimpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Editor:** Franco Iacomini | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel | **Ilustração:** Icaro Freitas

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da edição 1331:

Fernando Santos, Milton Dória, João Paulo Santos, AEN, Dionisio Gazziero Divulgação e Arquivo FAEP



Mensagem do presidente



Em primeiro lugar gostaria de lembrar que a Federação da Agricultura do Paraná completou no final de 2015 50 anos de existência. Nossa Carta Sindical é de 16 de dezembro de 1965.

Não tem festa, até porque o momento econômico e político não está para comemorações. Contudo, é bom lembrar que a FAEP, neste meio século, tem sido uma importante trincheira na luta pelos interesses dos produtores rurais do Paraná. Não por acaso somos hoje uma Federação que goza do respeito e da admiração da sociedade por ter em sua história um rol de campanhas e de coerência. Só para registro.

Retrospectiva

Ano agitado, este que passou.

Na administração pública, aumento de impostos, juros e inflação, sem nada de concreto. Nas obras de infraestrutura, por exemplo, que tanta falta fazem para o setor agropecuário, nada foi feito. Estamos aguardando há anos. Na política nacional, muita confusão, que deve persistir neste ano até que haja uma solução – para o bem ou para o mal.

Para nós, da FAEP, também foi um ano agitado, com muita coisa sendo iniciada e alguma confusão por conta de alguns pares do chamado G7, que agora, infelizmente, virou pó, até que se possa reencontrar um caminho onde as relações sejam amigáveis, respeitadas e profícuas.

No interesse da agropecuária, a FAEP ou montou, ou, está participando ativamente, de alguns programas importantes, que significam mais renda para os produtores e a conservação de seu patrimônio.

Pecuária Moderna



Um desses programas é o Pecuária Moderna, que conta com diversas parcerias – a FAEP gosta de trabalhar em parceria – e está destinado a desenvolver a nossa pecuária de corte na produção de carne de qualidade. Uma produção que, em face do avanço da agricultura, estava sendo relegada a um plano secundário por nossos produtores, embora tenha uma participação relevante no total do Valor Bruto de Produção (VBP) do Estado.

A implantação de uma governança ativa do programa, que promoveu diversos encontros de pecuaristas no Estado, tem sido a chave de sucesso da iniciativa, difundindo tecnologia e incentivando a união dos produtores. Este ano, certamente, teremos novos sucessos no Pecuária Moderna.

Plante seu futuro



Na última reunião do ano do Programa Plante Seu Futuro, da Secretaria da Agricultura e parceiros, realizada em Carambeí, a FAEP teve a oportunidade de fazer críticas ao sistema de pesquisa, que não atualizou a tecnologia de plantio, de defesa do solo e da água, com defasagens criadas pelo próprio avanço na agropecuária.

Foi mencionado na ocasião, pelo nosso assessor Antônio Poloni, que representou a FAEP no encontro, que “houve mudanças nos produtos da agricultura, nos equipamentos e nas tecnologias utilizadas. Nos anos de 1980 as colheitadeiras e os tratores tinham uma dimensão, que foi aumentando com os avanços tecnológicos, resultando no abandono de práticas antigas. Provavelmente a manutenção das estradas vicinais não obedeceu mais as técnicas daquela época ou não se adaptaram às novas condições”. Tudo isso provocando erosão, perda de fertilidade do solo e assoreamento de rios e de barragens. Como consequência, aumento no custo de produção.

Pesquisa



A pesquisa parece que parou no tempo e estamos tentando recuperar esse tempo com um novo programa, também uma parceria entre nós, o governo do Estado, através das Secretarias da Agricultura e da Ciência e Tecnologia, e várias instituições, principalmente as universidades e órgãos de pesquisa.

Trata-se da Rede Paranaense de Agropesquisa e Formação Aplicada, cuja sede do Comitê Gestor é na FAEP. O que pretendemos com essa Rede é sistematizar as demandas da agropecuária e do agronegócio por pesquisas para orientar as universidades e os centros de pesquisas o que é necessário fazer para atualizar na

nossa produção.

Não é admissível que as universidades, por exemplo, que vivem da arrecadação dos impostos estaduais, estejam divorciadas da realidade dos nossos problemas e não sejam acionadas para estudá-los e apresentar soluções práticas.

É claro que um programa como esse não deslança tão rapidamente, mas os encontros que já foram realizadas mostram que a resposta da academia tem sido muito positiva.

Uma das demandas iniciais, já estabelecida pela governança do programa, abrange justamente a questão do solo e da água, um dos problemas mais sérios com os quais se defronta hoje a agropecuária, que tem sido fartamente evidenciado nas reuniões realizadas no interior pelo Programa Plante seu Futuro.

Leite



Para os produtores de leite o ano de 2015 foi difícil. Os preços ficaram abaixo dos praticados em 2013 e 2014, os custos de produção aumentaram e problemas climáticos interferiram negativamente na cadeia.

Mas, por outro lado, foram contabilizados avanços importantes como a consolidação da Aliança Láctea Sul-Brasileira que, embora seja um fórum recentemente criado, conseguiu uma cadeira na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados, do Ministério da Agricultura.

Por acordo entre os três Estados do Sul, que formam a Aliança, em 2015 a coordenação coube à FAEP, e neste ano o coordena-

nador será de Santa Catarina.

A FAEP promoveu e apoiou a participação de membros da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite em importantes eventos técnicos ocorridos no Paraná, como o 5º Simpósio Internacional Sobre Produção Competitiva de Leite e o 6º Congresso Brasileiro de Qualidade do Leite.

Fronteiras



Um velho problema, na solução do qual a FAEP vinha se empenhando há anos, finalmente foi resolvido.

Trata-se da aprovação pelo Congresso Nacional da lei que estabelece regras para a regularização fundiária na Faixa de Fronteira, as propriedades situadas entre a fronteira brasileira – no nosso caso o Paraguai e a Argentina, e um corredor de 150 quilômetros de largura.

Creio que mais de 30 mil proprietários tenham sido beneficiados pela lei, que para vigorar plenamente ainda precisa de portarias e normas a serem emitidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Escarpa Devoniana



Outra questão que a finalização vai ficar para este ano é o da Área de Proteção Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana, que também tem merecido nosso empenho por envolver milhares de produtores rurais.

A APA da Escarpa Devoniana abrange partes de 12 municípios do Paraná, na região dos Campos Gerais. São 392 mil hectares. A Fundação ABC fez um levantamento do que é explorado pela agropecuária para retirar do perímetro da APA e o resultado dos estudos mostrou que o perímetro da APA não pode passar de 73 mil hectares, eliminando-se a área produtiva e as cidades. Este ano vamos nos esforçar para convencer o governo do Estado a encaminhar um projeto de lei à Assembleia Legislativa com um novo perímetro realista para a APA.

Relações com a CNA



A FAEP tem tido participação relevante, através de seus técnicos, nas discussões, no Estado e em Brasília, em problemas como o seguro rural, a rotulagem dos alimentos, o cadastramento e o uso de agroquímicos, de sementes certificadas e sementes salvas. Em problemas relativos à sanidade animal e vegetal, como os perigos do plantio de soja sobre soja. Se fosse comentar cada um deles tomaria muito do tempo dos companheiros. Todos esses assuntos e alguns outros se encontram no relatório que foi encaminhado aos senhores.

Os companheiros lembram que a FAEP está movendo ações contra a Confederação Nacional de Agricultura (CNA), por conta da falta de transparência nas suas contas e por uma eleição que nós consideramos antidemocrática.

Houve mudanças substanciais no nosso contencioso com a Confederação.

O juiz da Vara do Trabalho de Brasília estava para divulgar sentença sobre uma ação da FAEP contra as últimas eleições na CNA, por considerar que não houve lisura, uma vez que o número de cargos em disputa superava a metade do número de eleitores, 27 presidentes de Federações. Tratava-se de uma eleição nada democrática, tendo em vista a capacidade da diretoria de montar uma chapa com resultado já conhecido.

Contudo, com a licença da presidente da CNA, para assumir o Ministério da Agricultura, o presidente em exercício promoveu uma série de mudanças na Confederação, a começar pela redução de cargos eletivos, tornando a eleição democrática.

Mas não apenas isso. Como sabem, a FAEP também aciona a CNA para anular a prestação de contas de 2013 pela falta de transparência e não pela negativa em abrir as contas a nosso pedido.

O presidente em exercício em parte resolveu o problema, eliminando uma série de contratos feitos pela anterior presidente da Confederação que eram plenamente dispensáveis e que se constituíam em vazamentos para outras finalidades ou nada tinham a ver com a CNA.

Em face da atitude do presidente em exercício, demonstrando confiança na nova administração, a FAEP aceitou retirar a ação trabalhista de anulação da eleição, tendo em vista que a reforma estatutária realizada consertou o defeito antidemocrático.

Além disso, o presidente em exercício estava colocando em ordem as finanças da Confederação, eliminando os contratos e despesas estranhas às suas atividades.

Pedágios



Gostaria de comentar dois assuntos que tomaram grande parte dos esforços da Federação.

O primeiro deles é o da prorrogação e repactuação dos contratos de concessões de rodovias do Anel de Integração, um assunto que tem gerado polêmica.

Antes das eleições de 2014, a FAEP fez uma série de propostas aos candidatos a governador. Uma delas dizia respeito à redução do pedágio e à construção das obras rodoviárias, a fim de reduzir o custo de transporte dos produtos da agropecuária.

O problema do pedágio começa em 1997, quando foram feitas as concessões dos 2.400 quilômetros do Anel de Integração. Na ocasião, como a tarifa já era alta, a FAEP, Ocepar e os sindicatos dos transportadores entraram como ação contra a sua cobrança. Mas, por força dos contratos, perdemos na justiça.

A história do pedágio, contudo, é conturbada. Um ano após o início da cobrança, em 1998, um Decreto do governo do Estado baixou a tarifa pela metade, provocando o desequilíbrio econômico-financeiro das concessionárias, que entraram na Justiça e ganharam parcialmente algum tempo depois. Para os caminhões, a cobrança ficou em 80% do que era inicialmente. Quer dizer: ficou rompido o equilíbrio econômico financeiro das concessionárias por uma decisão unilateral do governo do Estado.

Tudo isso gerou um passivo para o Estado estimado em mais de R\$ 2 bilhões, que o Governo – isto é, nós, os contribuintes – terá que pagar em dinheiro no final do contrato. E não em precatórios, aquele tipo de crédito que não se recebe nunca.

Se o governo não puder pagar, os contratos serão prorrogados “na marra” até que as concessionárias sejam ressarcidas, e sem obras novas.

Portanto temos o seguinte quadro se nada for providenciado agora:

- as tarifas de pedágio são altas e continuarão altas, corrigidas anualmente, até o final dos contratos em novembro de 2021, a não ser que haja uma repactuação dos contratos em novas regras;
- por força dos aditivos, as poucas obras que restaram ficam para o final do contrato. Se quiserem obras novas, os carros e caminhões terão que pagar degraus tarifários, isto é, um acréscimo além da correção contratual anual.

Portanto, se quisermos adiantar as obras postergadas, incluir as que foram retiradas por força dos aditivos e as obras necessárias à duplicação dos 2.400 quilômetros do Anel, além de reduzir o preço do pedágio, o governo do Estado terá que negociar agora.

Tem gente que é contra a prorrogação e a repactuação dos contratos com as atuais concessionárias. Prefere esperar os seis anos que faltam para o término dos contratos para, então, fazer uma nova licitação, com novos prazos para início das obras. Quer dizer: aceitam pagar mais seis anos de pedágio caro, sem obras. E

provavelmente ficar mais oito, nove ou dez anos sem essas obras.

Querem nova licitação em 2022, achando que as novas concessionárias, se não forem as mesmas, serão diferentes das atuais.

O que importa é um contrato bem feito, transparente e bem fiscalizado pelo Estado. A Assembleia Legislativa aprovou dois projetos destinados a atualizar a lei que criou a Agência Reguladora do Paraná (Agepar), para torná-la um instrumento eficiente na fiscalização dos contratos, com contagem de tráfego e auditoria contábil.

É disso que o Paraná precisa.

Mas antes de negociar com as atuais concessionárias as obras e a redução das tarifas, o governo federal precisa renovar o convênio de delegação das rodovias federais ao Governo do Estado.

Dos 2.400 quilômetros do Anel de Integração, 1.800 são de rodovias federais. A delegação é, portanto, indispensável e necessária para o Paraná continuar controlando rodovias que são estratégicas para o nosso desenvolvimento econômico.

Aparentemente o governo federal está propenso a aceitar o pedido que a FAEP e mais quatro federações fizeram ao Ministério dos Transportes.

Não tem milagre: o início imediato de obras novas, com redução de tarifas, passa pela prorrogação e repactuação dos contratos.

Meio Ambiente



Outro assunto importante que tomou tempo e esforço da FAEP refere-se à Lei e o Decreto estaduais sobre as regras do Programa de Regularização Ambiental – o PRA, consequência do novo Código Florestal.

Em 2014, a FAEP teve uma participação fundamental na elaboração e na aprovação da Lei nº 12.727, que complementa no Estado o Código Florestal federal e o preenchimento do Cadastro Ambiental Rural, o CAR.

Contudo, para complementar a lei, era preciso um decreto que estabelecesse, por exemplo, como ficariam os Termos de Ajustamento de Conduta, os TACs assinados pelos produtores rurais.

Na vontade de alguns técnicos do Estado, os TACs assinados antes do novo Código Florestal estariam valendo, mesmo que a nova lei diga o contrário. Caso isso prevalecesse, os proprietários rurais, mesmo aqueles com até quatro módulos fiscais, seriam obrigados a recompor Áreas de Preservação Permanente, as APP's, nas dimensões antigas, que chegavam até 500 metros em rios de grande largura e a raio de 50 metros em torno de mananciais, além de proteção dos córrego adjacente de 30 metros de largura em cada margem. Além, é claro, de área correspondente a 20% de propriedade, com floresta nativa, exigências essas revogadas.

Estão nessa situação mais de 120 mil propriedades.

Pelo absurdo que isso constituía, a FAEP se empenhou para que tanto na lei quando no decreto ficasse especificado que as propriedades consolidadas – isto é, as em utilização antes de 2008 – pudessem usufruir das novas e justas medidas.

O governador do Estado foi sensível às nossas demandas e assinou o Decreto nº 2.711, no dia 4 de novembro do ano passado.

Ainda em relação ao assunto, sou obrigado a refletir com os senhores a necessidade urgente de acelerar o preenchimento do CAR, uma vez que a lei federal estabelece o limite de 6 de maio deste ano para as vantagens estabelecidas pela lei para as propriedades consolidadas.

Quem não preencher o CAR até aquela data – se não houver prorrogação com a aprovação de projeto de lei no Congresso – perdem as vantagens e serão obrigados a cumprir as dimensões estabelecidas pela lei para propriedades que são abertas após 2008, semelhantes àquelas do antigo Código, que nós conseguimos derrubar.

Perspectivas

Vejam, portanto, que muita coisa ficou para este ano:

- Conseguir que todos os produtores preencham o CAR até 6 de maio, para não perder as vantagens do novo Código Florestal;
- A batalha por pedágio com menor preço e início de novas obras rodoviárias ainda não terminou e acho que existem condições para um ótimo final, uma vez que o Governo Federal está vivamente interessado e repactuar os contratos de concessão e o governo do Estado já manifestou a sua concordância.
- Os programas de valorização da terra como o Plante Seu Futuro, vão continuar.
- Este será o ano de consolidação da Rede de Pesquisa Agropecuária e de Formação Aplicada, para que a agropecuária paranaense dê um novo salto de qualidade. Neste sentido, a FAEP vai contratar especialistas para iniciar projetos pilotos em áreas críticas para poder difundir a metodologia entre profissionais da área da agronomia e fazer uma ligação com a Rede de Capital Humano do Sistema de Ciência e Tecnologia. O objetivo central é não apenas preservar o nosso principal capital, que é o solo, mas torná-lo mais produtivo e rentável.

E vamos continuar atentos na defesa dos interesses dos produtores rurais, para o que vamos continuar precisando do apoio indispensável das lideranças dos sindicatos rurais.

Eu agradeço o apoio que temos recebido este tempo todo dos companheiros, sem o qual, o que a FAEP realizou não teria sido possível.

Muito Obrigado.

Ágide Meneguette

Presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR



O mundo rural brasileiro

Palestra do sociólogo Zander Navarro revela os mecanismos internos da nova agricultura brasileira

Por André Amorim



No Brasil, o ano de 2016 começa embalado por duas crises conjunturais, uma no campo da política, em que as incertezas sobre a continuidade ou não do governo Dilma deixam o horizonte nebuloso para qualquer especulação; e outro no campo econômico, onde encontramos inflação e desemprego crescentes, PIB encolhendo e o setor produtivo asfixiado com altas taxas de juros e impostos cavalares. “Devemos nos preparar para a agonia”, aconselha o sociólogo e engenheiro-agrônomo, Zander Navarro, pesquisador com ampla experiência no setor agrícola, que proferiu a palestra magna durante a Assembleia Geral da FAEP, realizada no último dia 25 de janeiro, em Curitiba.

O tema da palestra foi “O mundo rural brasileiro – o que mudou?”. Nela, Zander convidou as lideranças sindicais do meio rural paranaense a refletirem sobre a atual conjuntura, para compreender o cenário em que nos encontramos, e assim discutir estratégias para enfrentar os tempos difíceis que se avizinham.

“Não contem com o governo”, aconselhou o palestrante. Segundo ele, o Estado brasileiro se tornou muito disfuncional. “Um

mastodonte tomado por interesses sindicais”, analisa Navarro, que vê na figura da presidente Dilma uma governante “incapaz”.

Na comparação com outros setores da economia, a agropecuária deve ser menos afetada, pois exporta boa parte de sua produção e recebe em dólar, porém existem outros dilemas que precisam ser enfrentados para que a atividade continue pujante e aproveite todas as suas potencialidades para continuar sendo o fiel da combatida balança comercial brasileira.

Desigualdade e renda

Segundo Navarro, a agricultura passou por diversas fases de desenvolvimento distintas até chegar aos anos 2000 firmando-se como grande vocação da nossa economia, com índices de produtividade crescentes que colocam o Brasil como o segundo maior produtor mundial de alimentos, e com perspectivas de chegar ao primeiro lugar em breve. Esse padrão produtivo, de acordo

com o sociólogo, é virtuoso, do ponto de vista da produção, mas socialmente desigual.

Essa desigualdade foi um dos temas abordados pelo palestrante. Segundo ele, na esteira da crescente monetarização das regiões agrícolas, temos a monetarização da vida social, com os efeitos da renda do agronegócio se irradiando por todo tecido social. Porém, neste cenário ainda persiste a concentração de renda. Um exemplo disso é que apenas 0,62% dos estabelecimentos rurais do país respondem por 51,19% da renda bruta do setor. A informação é do Censo de 2006. Da mesma forma, na distribuição dos recursos para o crédito rural nos anos de 2013/2014, apenas 0,5% dos contratos responderam por 31,1% do valor total contratado.

“Do ponto de vista social, isso é um desastre”, observa Navarro, que aponta como consequência desse processo um esvaziamento do meio rural, trazendo escassez de mão de obra e uma indesejada masculinização do ambiente, uma vez que as mulheres são as primeiras a abandonar o campo. Segundo o palestrante, entre 1991 e 2010, caiu de 74% para 58% a participação da família nuclear, em 2005, 15% dos casais não tinham filhos no meio rural, hoje esse percentual deve ser ainda maior. Nesse cenário se estabelecem as grandes propriedades, que possuem capacidade administrativa e absorvem bem as novas tecnologias. Propriedades pequenas e médias ficariam na berlinda.

A saída para uma distribuição menos desigual, não seria a reforma agrária. De acordo com o engenheiro-agrônomo, o “tempo histórico” da reforma agrária se esgotou. “Nenhum argumento justifica essa política”, avalia. Com sua história ligada ao surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem terra (MST), sobre o qual escreveu vários trabalhos, ele afirma que “Não existe mais uma demanda social para a reforma agrária. O MST é uma instituição política agonizante”, disse. Além de não produzirem praticamente nada, em muitos Estados os assentamentos viraram um balcão de negócios para a venda ilegal de terras desapropriadas.

Tecnologia e Produtividade

A inovação tem papel central no incremento da produção agropecuária no Brasil. Quando analisadas variáveis como quantidade de área disponível, insumos, trabalho e tecnologia, vemos que esta última é a grande

responsável pelo incremento de produtividade experimentado pelo país nos últimos anos. Ou seja, se for aumentada a quantidade de terra, ou de insumos, a produtividade não crescerá proporcionalmente. Foi a entrada da ciência nesta equação que possibilitou o salto formidável de produtividade na agropecuária

O Brasil é o país com a melhor Produtividade Total dos Fatores (PTF) do mundo. O índice se refere à quantidade de produto que se obtêm com uma unidade ponderada de todos os fatores de produção. “Nossa agricultura está num processo de desenvolvimento muito grande e a tecnologia é a chave”, diz Navarro.

Em sua conclusão, o sociólogo observa uma dualidade. De um lado a intensificação tecnológica e com cada vez menos gente no campo, onde predomina a monocultura. De outro lado a seletividade social entre as famílias rurais, onde aqueles que não tiverem condições de acompanhar os avanços tecnológicos vão sair da atividade. “Ser agricultor hoje é estar numa selva, onde o mais forte come o mais fraco. Nesse darwinismo social, onde a competição é uma regra implacável, só os fortes sobreviverão”, avalia.

Por fim, o sociólogo lamenta a falta de interesse da sociedade brasileira pela atividade rural. “O que seria do Brasil se não tivesse essa agricultura modernizada que produz saldos comerciais extraordinários?”, pondera.



Afinal, o que é agricultura familiar?

Durante sua palestra, Zander Navarro falou sobre uma expressão bastante difundida e que – a rigor – não quer dizer nada. “Se o termo se refere à administração da propriedade, que é familiar, então 99% das propriedades brasileiras são familiares”, conclui.

“É uma bobagem porque ela não separa os agricultores. Esse conceito não descreve o fenômeno que pretende explicar”, observa o pesquisador. Segundo ele, os critérios que a legislação traz para se adequar à chamada “agricultura familiar” são absurdos.

Pior que isso, a propaganda governamental passou a divulgar um dado fantasioso de que a “agricultura familiar” seria responsável por 70% dos alimentos do país. Essa tolice felizmente foi desmentida em um artigo científico do professor sênior da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), da Universidade de São Paulo (USP), Rodolfo Hoffmann, publicado em 2014 em uma revista técnica da Unicamp.

Depois de divulgada no portal do governo federal (www.brasil.gov.br) em 2011, a informação passou a ser repercutida em diversos outros veículos de comunicação oficiais, sem nenhuma ponderação.

O número – aparentemente saído da cartola de um mágico – não resistiu a uma análise mais isenta. “É espantosa a reprodução sem crítica da porcentagem porque a afirmativa, em si, não faz sentido. Falar em “70% dos alimentos” torna necessário definir o total de alimentos. Somam-se toneladas de soja com toneladas de uva e toneladas de açúcar? Toneladas de açúcar ou toneladas de cana-de-açúcar? Toneladas de trigo, de farinha de trigo ou de pão? Toneladas de soja ou de óleo de soja? Dada a grande heterogeneidade dos alimentos, é um absurdo somar as quantidades físicas.”, observa Hoffmann.

Utilizando dados públicos, como do IBGE, o pesquisador descontrói a fantasia governista de que a chamada “agricultura familiar” seria o motor da agricultura brasileira. “Se admitirmos que não há exportação de nenhum produto da agricultura familiar e considerarmos uma inflação de 15% entre o ano do Censo Agropecuário (2006) e janeiro de 2009, verifica-se que a produção da agricultura familiar corresponde a 21,4% do valor total das despesas com alimentos das famílias do país”, diz o artigo.

Em síntese, Hoffmann demonstra com facilidade que o valor monetário de toda a produção da agricultura familiar corresponde a menos de 25% do total das despesas das famílias brasileiras com alimentos. Bem distante, portanto, dos 70% propalados pela imprensa governista.





O Sistema no Show Rural

Pelo 28º ano consecutivo, o sistema FAEP/SENAR-PR investe no envio de produtores de todo o Estado para participar do Show Rural, um dos mais importantes eventos do universo agropecuário paranaense. O evento, que acontece entre os dias 1º e 05 de fevereiro de 2016, deve receber mais de oito mil produtores rurais através de 185 caravanas organizadas pelo Sistema, por meio de uma parceria com 150 sindicatos rurais. Os grupos são recepcionados nos 256m² do estande do Sistema FAEP/SENAR-PR. Nesse ambiente climatizado, com água, café e locais para descanso, os participantes recebem um kit de boas vindas e encontram uma equipe pronta para prestar o atendimento necessário para tornar a visita mais agradável.

Além dessa iniciativa, todos os anos o Sistema FAEP, através do SENAR-PR, atua em parceria com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep) contribuindo para a participação dos trabalhadores rurais no evento. Esse ano, cerca de 100 caravanas devem levar mais de cinco mil trabalhadores ao Show Rural.



INFORME

Veja também no site
www.fundepecpr.org.br

FUNDEPEC - PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINDO 31/12/2015

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$			DESPESAS EM R\$			SALDO R\$	
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES		FINANCEIRAS/ BANCÁRIAS
	1-13	14						
Taxa Cadastro e Serviços D.S.A	403.544,18	-	-	138.681,09	**542.225,27	-	-	
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	-	31.007.660,57	-	2.341.952,64	37.647.046,27	
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	-	3.234.263,91	-	181.518,99	15.586.670,74	
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	-	3.155.573,36	-	-	6.980.107,99	
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	-	126.154,88	-	-	203.477,66	
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	12.437,51	-	-	18.276,12	
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	-	157.484,18	-	-	241.492,09	
Pgto. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	-	-	-	*141.031,00	(141.031,00)	
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)	
Rest. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	*141.031,00	-	-	-	141.031,00	
TOTAL	20.744.182,00	4.624.105,00	*141.031,00	37.832.255,51	**542.225,27	2.664.502,63	60.599.503,45	
SALDO LÍQUIDO TOTAL							60.599.503,45	

> NOTAS EXPLICATIVAS

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio:

1º - 14/12/2000 >> R\$ 500.000,00 | 2º - 23/07/2001 >> R\$ 2.000.000,00 / 3º - 04/09/2001 >> R\$ 380.000,00 | 4º - 28/12/2001 >> R\$ 2.120.000,00 / 5º - 21/05/2002 >> R\$ 710.000,00 | 6º - 26/07/2002 >> R\$ 2.000.000,00 / 7º - 16/12/2002 >> R\$ 2.167.000,00 | 8º - 30/12/2002 >> R\$ 204.000,00 / 9º - 08/08/2003 >> R\$ 600.000,00 | 10º - 08/01/2004 >> R\$ 400.000,00 / 11º - 30/12/2004 >> R\$ 1.300.000,00 | 12º - 01/12/2005 >> R\$ 1.600.000,00 / 13º - 17/12/2012 >> R\$ 6.763.182,00 | 14º - 06/08/2013 >> R\$ 4.624.105,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (*)

3) Setor de Bovídeos ()**

a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repassa mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovídeos = **R\$542.225,27**

b) Valor total retido pela SEAB/DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA do setor de Bovídeos = **R\$ 542.225,27**

4) Conforme Ofício nº 315/2004-Defis, valor transferido da subconta do Setor de Bovídeos e creditado para subconta do Setor de Ovinos e Caprinos, R\$ 5.714,85.

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO-CRC/PR-045388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

Empreendedor rural



Épocas de crise criam oportunidades. Esse verdadeiro mantra do otimismo iluminava a mente de milhares de agricultores, maridos, esposas e jovens, reunidos recentemente em Curitiba. Participavam eles do encerramento dos programas Empreendedor Rural, Jovem Agricultor Aprendiz e Mulher Atual. Formavam uma multidão que acredita no Brasil.

Liderados pela prestigiada Federação da Agricultura do Paraná, os cursos de empreendedorismo já capacitaram, em 12 anos de existência, 28 mil produtores rurais. Notável. Somente em 2015 se formaram 48 turmas, com 960 participantes, que cursam estratégias de comercialização, gestão da propriedade, políticas econômicas e legislação agrária. São 136 horas-aula. Já na turma dos aprendizes, entre 14 e 17 anos de idade, o curso é mais puxado, são 240 horas-aula. Por suas classes já passaram 52 mil jovens agricultores.

“O Brasil frente aos desafios do mundo contemporâneo” foi o tema da palestra que proferi no evento. Jamais falei para tanta gente interessada, atenta, quieta, procurando por meio de minhas palavras entender os prováveis caminhos da Nação. Nunca, notoriamente, o Brasil enfrentou tantos dilemas como os que se

apresentam agora. Imbricam-se as crises da economia, da política e da moral, produzindo essa tragédia da depressão nacional. Como cultivar a esperança nessa situação?

Ofereço aqui meu testemunho: embora, obviamente, preocupados estejam, os matutos agricultores do Paraná, que se colocam entre os melhores do mundo, não perderam a crença no valor de seu trabalho. Ao contrário. Continuam investindo na produtividade, vislumbram o potencial do mercado. Mais que tudo, acreditam na virtude da cooperação, do companheirismo. Surpreendente.

Estão acostumados às adversidades os homens do campo. Não apenas as relacionadas aos desígnios da natureza, como a seca ou a chuarada, a ventania ou a geadas. Quem trabalha sob sol a pino e tem as mãos calejadas pela dureza da lida não se abala facilmente com qualquer incômodo. Enfrenta o touro. Peita o perigo. Sofre, mas sabe que a tempestade passa. Governos, idem.

Logística da safra: esse é o maior inimigo da agricultura nacional. Décadas se passam e os portos brasileiros continuam lerdos e custosos; as ferrovias, inauguradas com belos discursos, não saem do papel; hidrovias continuam uma quimera; e as rodo-



vias se desgraçam com buracos que teimam em quebrar molas de caminhões, roubando a eficiência do transporte. No ranking de logística elaborado pelo Banco Mundial, o Brasil caiu para o 65.º lugar, entre 160 países. Quer dizer: da porteira para dentro, onde quem manda é o produtor rural, tornamo-nos imbatíveis na tecnologia; da porteira para fora, onde aos governos cabe a tarefa de prover infraestrutura, perdemos nacos de competitividade, deprimindo a renda do agro.

Nada, porém, mais chateia os agricultores brasileiros do que a falta de consideração. Os homens do campo sentem-se depreciados pelos compatriotas urbanos, que não os valorizam, como, por exemplo, o fazem os norte-americanos ou os europeus. Pioneiros, desbravadores, garantia da segurança alimentar: assim são positivamente vistos lá fora os produtores rurais; aqui dentro, negativamente, a opinião pública considera-os “ruralistas”, desmatadores, atrasados. Triste sociedade a nossa, que despreza a sua origem.

Na crise, oportunidades. Os estudiosos da economia agrária comprovam com facilidade: neste momento assustador de recessão, se não fosse a pujança acumulada do agronegócio, incluindo o familiar, o Brasil estaria na lona. A crise da economia brasileira só não é maior graças à força erigida na roça. O campo gera as divisas nas exportações, garante o emprego e a renda no interior, produz a comida para as metrópoles. Essa é a sorte grande do Brasil: existe uma âncora verde amarrada aos seus braços caipiras.

O Paraná, ao estimular como ninguém o empreendedorismo no campo, dá uma lição: quem constrói uma nação é sua gente trabalhadora, não o governo nem os políticos. Estes, capatazes

do poder público, se não atrapalharem já fazem um grande favor. Neste momento de desgraça, é a crise política, chafurdada na corrupção, que impede os agentes ativos da economia de vingarem. Mas eles, os falsários e malandros que ocuparam o Estado, serão derrotados na batalha que se avizinha. Pode demorar mais ou menos, mas a sociedade ética se reconstruirá no País.

Tal leitura auspiciosa recolhi naquele evento dos empreendedores rurais em Curitiba. O otimismo que demonstram indica que está ruindo, definitivamente, o Estado paternalista, controlador, interventor, inspirado pelo ideário “desenvolvimentista” que vigora desde a época getulista. Chega dessa utopia à moda socialista que engendrou a podridão na política. Precisamos acreditar na liberdade empreendedora, na meritocracia, na capacidade individual, no discernimento dos cidadãos. Temos de apostar em nós mesmos. Ao Estado cabe zelar pela democracia, proteger os despossuídos e incapazes, dar segurança ao cidadão.

Aline Bonk, bióloga de 24 anos, conquistou o primeiro lugar entre os projetos finalistas do Programa Empreendedor Rural 2015. Seu projeto “Ampliação de viveiros para a piscicultura” pretende expandir a produção de carpas na Chácara d’Areia, propriedade onde vivem seus pais, pequenos agricultores em União da Vitória (PR). Eles toparam o desafio, olharam para a frente. Não vão esperar a crise passar. Nada disso. Vão enfrentá-la com mais trabalho. Isso é maravilhoso.

As carpas de Aline configuram a renovação e nessa atitude proativa mora o futuro do Brasil. Nada de esperar acontecer. No campo como na cidade, fazer acontecer.



***XICO Graziano é agrônomo, foi secretário de agricultura e secretário do meio ambiente do Estado de São Paulo. Email: xicograziano@terra.com.br**

Publicado em O Estado de S. Paulo, em 5 de janeiro de 2016.

Da lama ao caos

Excesso de umidade já provoca perdas na safra de verão. Danos à infraestrutura podem piorar ainda mais o cenário para o produtor



A chuva não deu trégua nas últimas semanas e os temporais provocaram estragos em várias regiões do Paraná. Segundo balanço da Defesa Civil, divulgado no último dia 25 de janeiro, o governo estadual declarou 25 municípios em situação de emergência por causa das fortes chuvas no Estado que abrangem as cidades de Reserva, Sabáudia, Jataizinho, Rio Bom, Rolândia, Tamarana, Siqueira Campos, São José da Boa Vista, Presidente Castelo Branco, Wenceslau Brás, Califórnia, Santana do Itararé, Arapongas, Nova Esperança, Pinhalão, Londrina, Ibaiti, Apucarana, Mandaguaçu, Jaguariaiva, Caloré, Cambé, Figueira, Ibiporã e Salto do Itararé.

O balanço mostra que as chuvas ocorridas entre 8 e 13 de janeiro afetaram 210 mil pessoas em 64 municípios, deixando 3.773 pessoas desalojadas e 304 desabrigados no Paraná. Ao todo 11.284 casas foram danificadas e 112 destruídas. No momento, de acordo com a Defesa Civil, 1.717 pessoas permanecem desalojadas e 63 desabrigadas.

Além dessa face social mais visível, o desastre ambiental provocou outros dois tipos de consequências nocivas para o produtor rural paranaense. Por um lado, provocou perdas na

produção: o solo ficou encharcado, facilitando a erosão, atrasando a colheita, dificultando o desenvolvimento das lavouras e prejudicando a qualidade do produto. Por outro, arrasou a já fraca infraestrutura de algumas regiões do Estado. Diante de tantos problemas, o produtor se vê diante da iminência de um caos logístico – e isso quase às vésperas da safra de grãos.

“O pessoal vai começar a colher, e como vai fazer com essa situação das estradas? Nós temos receio que isso implique no custo do frete.”

Narciso Pissinati, presidente do Sindicato Rural de Londrina.

Entre os produtores e líderes sindicais que participaram da Assembleia geral da FAEP, não faltaram relatos de barreiras que deslizaram, pontes que sumiram e estradas viraram riachos. Ainda não há um levantamento oficial sobre o tamanho do prejuízo provocado pelas enxurradas, mas alguns problemas já são visíveis como a queda de terraços, curvas de nível e a erosão em algumas regiões. É o caso de Colorado, no noroeste paranaense. “Entre os dias 9 e 11 de janeiro choveu sem parar com um volume de 235 mm de água. As enxurradas provocaram erosão na maioria das lavouras”, contou o produtor Pedro Versali.

Na região de Londrina, segundo o presidente do Sindicato Rural, Narciso Pissinati, as chuvas danificaram 19 pontes e seis delas foram completamente destruídas. De acordo com ele, até o momento as estradas rurais estão intransitáveis e cheias de buracos. Em Jacarezinho, o presidente do Sindicato Rural, Eduardo Sérgio Quintanilha Braga, relatou o mesmo problema.

Diante da atual situação, segundo Pissinati, os produtores estão preocupados com a colheita de soja nos próximos 30 dias. “O pessoal vai começar a colher e como vai fazer com essa situação das estradas? Nós temos receio que isso implique no custo do frete”, comentou Pissinati, acrescentando que apenas uma patrôla está fazendo os reparos nas estradas. “Precisamos de mais máquinas”, criticou.

Somente em rodovias estaduais, houve 50 pontos onde os da-

nos obrigaram as autoridades a interromper ou restringir o tráfego. Até a terça-feira da semana passada (dia 26, duas semanas depois do fim das chuvas mais intensas), 15 deles ainda não haviam sido liberados. Os locais que continuavam com restrições ficam nos Campos Gerais, no Norte e Noroeste do Estado. Em muitos casos, é necessário construir desvios e acessos para que as empresas tenham condições de começar a trabalhar nas obras de recuperação.

Já o estrago em estradas rurais e vias municipais de acesso é quase impossível de ser medido, por ser de responsabilidade das 399 prefeituras do Estado. É por essas pequenas vias, verdadeiras artérias econômicas, que passa a produção agropecuária do Paraná.

“A expectativa era de safra recorde na região, mas com essa chuvarada provavelmente haverá uma quebra de produtividade.”

Pedro Guglielmi Junior, técnico da regional da Seab em Londrina.



O problema das perdas na produção foi levantado pelo presidente do Sindicato Rural de Paranaíba e vice-presidente do Sistema FAEP, Ivo Pierin Júnior. “Na nossa região a chuvarada provocou erosão nas lavouras de mandioca e também é possível observar a queda de curvas de nível em diversas propriedades”, disse. Na avaliação dele, o excesso de umidade pode comprometer 30% das plantações. Em São João do Caiuá, o presidente do sindicato rural do município, Maurício Luiz Vituri relatou situação semelhante: “A mandioca já está se deteriorando no campo devido ao excesso de chuvas”.

Na região de Ribeirão Claro, no Norte paranaense, o presidente do sindicato rural, Marcos Minghini, comentou que as chuvas derrubaram pontes e encharcaram as estradas rurais. Na propriedade dele, o excesso de água prejudicou o desenvolvimento das lavouras de milho. Pelas contas de Minghini, o prejuízo deve somar uma queda de 50% da área destinada à cultura.

O técnico e geógrafo da regional da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab) em Londrina, Pedro Guglielmi Junior, observou que o excesso de chuvas provocou o aparecimento de doenças como a ferrugem asiática, por exemplo. No entanto, os produtores estão conseguindo controlá-la com a aplicação de fungicidas. “A expectativa era de safra recorde na região, mas com essa chuvarada provavelmente haverá uma quebra de pro-

ductividade”, analisou.

Em Cambará, no Norte paranaense, o presidente do sindicato rural, Aristeu Sakamoto, relatou que devido à chuvarada o pessoal atrasou o plantio de soja na região. Com o excesso de umidade, o sistema radicular da planta apresentou um crescimento menor. “Com isso, nesse momento, os produtores esperam que chova nos próximos dias para não comprometer o desenvolvimento dessas lavouras”, explicou Aristeu.

Na região de Pato Branco, Sudoeste do Paraná, o excesso de chuvas prejudicou o desenvolvimento das cultivares de soja e milho precoces. No caso da primeira cultura, segundo o presidente do sindicato rural, Oradi Caldato, as lavouras apresentaram desenvolvimento inferior em relação ao ano passado, quando eram produzidas uma média de 65 sacas da oleaginosa por hectare contra 40 sacas na atual safra. No que se refere ao milho, de acordo com Caldato, a produção passou de 12 toneladas por hectare para sete toneladas na atual safra.

Por outro lado, Oradi revelou que os bons preços do milho safrinha estimularam os produtores a investirem na cultura. Para a safra 2015/2016 a previsão é que a área some 12 mil hectares, contra os 4,72 mil hectares na safra 2014/2015. Até o momento, 3% da área destinada ao milho safrinha já foi semeada na região, segundo o Departamento de Economia Rural (Deral), da Seab.



Clima influencia preço de hortaliças

As unidades das Centrais de Abastecimento (Ceasas) de Londrina e Maringá registram um aumento significativo de preço das frutas e hortaliças em relação aos preços praticados em Curitiba, em alguns casos a diferença é de mais de 100%. A causa foram as fortes chuvas e as altas temperaturas registradas em dezembro e janeiro.

Além do preço, o clima afeta também a qualidade da oferta dos alimentos. “Essa tendência de queda de qualidade e alta de preços, infelizmente, se estende até o final do primeiro trimestre, pois as previsões meteorológicas indicam que clima deve manter as mesmas características”, informa o diretor técnico da Ceasa Curitiba, Eder Eduardo Bublitz.

Subiu!

Confira os preços praticados de alguns produtos nos Ceasas.

	Curitiba		Maringá		Londrina	
	2015*	2016	2015*	2016	2015*	2016
Alface cx 18 unidades	R\$ 18,00	R\$ 18,00	R\$ 25,00	R\$ 30,00	R\$ 24,00	R\$ 40,00
Banana caturra cx 22 quilos	R\$ 32,00	R\$ 18,00	R\$ 25,00	R\$ 30,00	R\$ 35,00	R\$ 23,00
Cebola saco 20 quilos	R\$ 50,00	R\$ 55,00	R\$ 66,00	R\$ 60,00	R\$ 55,00	R\$ 60,00
Batata saco 50 quilos	R\$ 100,00	R\$ 120,00	R\$ 120,00	R\$ 135,00	R\$ 120,00	R\$ 130,00
Cenoura cx 22 quilos	R\$ 28,00	R\$ 50,00	R\$ 35,00	R\$ 55,00	R\$ 35,00	R\$ 50,00
Laranja pera cx 25 quilos	R\$ 25,00	R\$ 18,00	R\$ 17,00	R\$ 30,00	R\$ 25,00	R\$ 23,00

Fonte Ceasa Curitiba / *Preços médios do mês de novembro de 2015.

FAEP pede recursos para infraestrutura rural

O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette enviou ao governador do Paraná, Beto Richa, uma carta pedindo a ampliação dos recursos para a infraestrutura rural. Veja a íntegra do documento:

Senhor Governador

A Assembleia Geral da Federação da Agricultura do Estado do Paraná aprovou, na reunião desta data, a seguinte moção endereçada a Vossa Excelência, para a qual pedimos a vossa especial atenção:

“As recentes chuvas que assolaram o Paraná destruíram um grande número de estradas rurais, eliminando leitões, derrubando pontes, impedindo a livre circulação de mercadorias e pessoas. Em virtude da violência das tempestades, a situação está longe de ser regularizada.

Com a atual situação financeira do Estado e da União, obter recursos necessários para as obras de restabelecimento da infraestrutura no meio rural é tarefa difícil. Contudo, vimos sugerir solução através do remanejamento de recursos já previstos e que podem ser redirecionados para tal fim, especialmente num mo-

mento crucial para o escoamento da safra agrícola que começa a ser colhida.

O governo do Estado firmou contrato para a duplicação do trecho rodoviário entre Paiçandu e Cafezal do Sul, da Rodovia 323 sob a forma de PPP, pelo qual o Estado se compromete a aportar anualmente R\$ 100 milhões como sua participação obrigatória no projeto.

As obras da rodovia não foram iniciadas, inclusive porque a empresa contratada enfrenta problemas judiciais e talvez não a faça nos próximos anos.

Para que a duplicação – extremamente necessária – não deixe de ser construída, vimos sugerir que o Governo do Estado anule o contrato de PPP e o transforme em concessão, permitindo que outras empresas se habilitem no projeto.

Com isso, a construção se viabilizará e, por seu turno, o Estado não necessitará aportar os R\$ 100 milhões do fundo de participação na PPP, que poderiam ser direcionados para as obras de infraestrutura rural, especialmente naquelas regiões em que as chuvas provocaram maiores prejuízos.”

Atenciosamente

Ágide Meneguette

Presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR

Não deixe essa planta entrar!

FAEP se une a Embrapa, MAPA, Seab e Ocepar para combater o *Amaranthus palmeri*, praga exótica agressiva



Fique de olho na plantinha acima. Ela é um perigo! Trata-se do *Amaranthus palmeri*, uma planta invasora exótica, aparentada do caruru. Segundo estudos feitos pela Embrapa Soja, comandados pelo pesquisador Dionísio Luiz Gazziero, é uma praga extremamente agressiva, capaz de reduzir a produtividade da soja em até 80% e na cultura do milho de até 90%.

Até agora, não há registro dessa espécie no Paraná. Mesmo assim, a FAEP se uniu à Embrapa Soja, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), à Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), à Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab) e instituições vinculadas para desenvolver um trabalho preventivo junto a produtores e técnicos paranaenses. As ações começaram a ser organizadas a partir de uma reunião realizada em 30 de novembro, com as instituições parceiras do Grupo de Vigilância às Pragas das Culturas Agrícolas no Estado do Paraná, coordenado pela Agência de Defesa Agropecuária (Adapar).

A ameaça pode chegar ao Paraná via caminhões que vem dos países vizinhos (Argentina e Paraguai) e do Mato Grosso, onde já foi confirmada a presença da planta daninha na safra de soja 2014/2015. Outra possibilidade de disseminação é pelo uso compartilhado de máquinas agrícolas. No Paraná a locação

de equipamentos é muito comum, o que pode causar a propagação da praga.

Nos Estados Unidos, o *Amaranthus* é considerado um verdadeiro terror para os produtores de soja e algodão, pois é resistente ao glifosato, se propaga com facilidade, apresenta grande agressividade no campo e tem alta capacidade de adaptação a diferentes ambientes e condições climáticas. “Além dessas características, essa planta daninha apresenta rápido crescimento e alta produção de biomassa em um curto espaço de tempo, o que pode dificultar a aplicação de herbicidas pós-emergentes. Existem relatos que uma única planta pode produzir de 100 mil a um milhão de sementes”, informa Gazziero.

Para evitar aumento de custo de produção desnecessário e a compra de produtos inadequados, o pesquisador faz um alerta. “Muitos produtores devem estar se perguntando se já existe um produto que pode ser aplicado de forma preventiva”, diz Gazziero. “Existem vários produtos que controlam essa planta daninha, porém, como existem indivíduos dessa espécie que apresentam resistência a certos herbicidas, é preciso confirmar a presença da planta para então iniciar os estudos para definir a melhor forma de controle”, afirma.

O que fazer?

O produtor deve vistoriar a lavoura e verificar a presença de plantas com as características do *Amaranthus palmeri* e eventuais escapes de controle de caruru nas aplicações com herbicidas. Em caso de suspeita, o produtor deve procurar um profissional de assistência técnica. Após essa verificação, o técnico deve comunicar a Adapar para que seja feita a identificação da espécie, de forma a confirmar ou descartar a presença do *Amaranthus palmeri*. “O monitoramento frequente e a identificação precoce permitirão o controle da disseminação dessa espécie evitando um novo problema para agricultura paranaense”, observa Gazziero.



Como identificar?

A Embrapa está produzindo um folder sobre esta planta daninha que será distribuído nesta semana, durante o Show Rural e em dias de campo organizados pela empresa. Os produtores e técnicos podem obter mais informações sobre o *Amaranthus palmeri* no site da Embrapa Soja (<https://www.embrapa.br/soja>).

Conheça algumas características da planta:



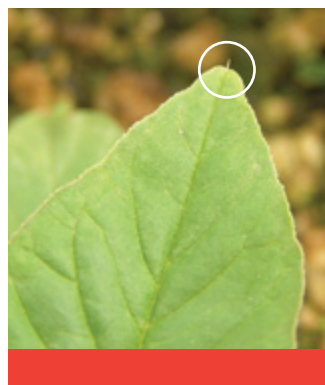
Os talos das folhas são normalmente iguais ou maiores que a lâmina foliar e apresentam separadamente plantas flores masculinas e plantas flores femininas.



As flores femininas ao serem tocadas dão a sensação de espinhos, o que não ocorre com outros carurus.



As folhas são arranjadas de forma simétrica no caule e apresentam estrias longitudinais e manchas brancas.



Outra característica que aparece eventualmente e pode complementar a identificação é o aparecimento de um pequeno espinho no final da nervura central da folha.

Os ganhos do produtor

Valor Bruto da Produção Agropecuária do Paraná cresceu 4,1% em 2015; soja, milho e trigo representam 43% do VBP agropecuário no PR



Tania Moreira

Economista do Departamento Técnico Econômico da FAEP

O Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária do Paraná em 2015, conforme dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (MAPA), totalizou R\$ 62,96 bilhões, registrando crescimento de 4,1% em relação ao valor de 2014. O crescimento do VBP das lavouras foi de 4,3% totalizando R\$ 39,01 bilhões e da pecuária foi de 3,8% no valor de R\$ 23,95 bilhões.

Conforme informações do MAPA, o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) mostra a evolução do desempenho das lavouras e da pecuária ao longo do ano e corresponde ao faturamento bruto dentro do estabelecimento. Calculado com base na produção da safra agrícola e da pecuária, e nos preços recebidos pelos produtores nas principais praças do país, dos 26 maiores produtos agropecuários do Brasil, o valor real da produção, descontada a

inflação, é obtido pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Sua periodicidade é mensal com divulgação até o dia 15 de cada mês.

O Paraná respondeu por 12,6% do VBP total nacional em 2015, sendo o terceiro Estado com maior VBP, antecedido por Mato Grosso (R\$ 66,95 bilhões) e São Paulo (R\$ 66,30 bilhões).

Tiveram as maiores participações no VBP paranaense em 2015, respectivamente: soja (29,6%), frango (23,9%), milho (9,8%), cana-de-açúcar (5,4%), bovinos (4,9%), leite (4,3%), trigo (3,6%) e suínos (3,54%). Destes, registraram variações negativas em relação a 2014, milho, cana-de-açúcar, leite e trigo. O café, batata-inglesa e cebola registraram os maiores crescimentos, em função de quebras de safras no ano anterior.

O câmbio salvou a soja

O VBP da soja em 2015 totalizou R\$ 18,63 bilhões, representando 29,6% do VBP total paranaense. A participação de 29,6% cresceu em relação à participação média de 26,4% dos últimos nove anos.

Em relação a 2014, o VBP da soja cresceu 11% o que é explicado pelo aumento de 16% na produção paranaense na safra 2014/15 e

pelo preço, que encontrou sustentação na desvalorização da moeda nacional, apesar da queda do preço internacional em dólares.

Em 2015, o preço médio em dólares da soja foi de US\$ 20,74 por saca, ou 22% inferior ao registrado em 2014 de US\$ 26,83 por saca. Com a desvalorização do real, o preço médio anual recebido pelo produtor em 2015 foi de R\$ 61,50 por saca, ou 4% maior que a média anual de 2014, que foi de R\$ 59,03 por saca. O preço máximo registrado em 2015 recebido pelos produtores no Estado foi de R\$ 70,00 por saca em relação ao preço máximo de R\$ 64,00 por saca em 2014, a partir de dados da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab).

Milho perdeu participação



O VBP de R\$ 6,15 bilhões do milho, em terceiro lugar como maior VBP do Estado, reduziu 9,4% em relação ao ano passado. A participação do milho no VBP do Estado foi de 9,8% reduzindo em relação à participação do ano anterior e em relação à média dos últimos nove anos (13%).

A produção total de milho no Paraná, considerando a safra de verão e inverno, totalizou 16 milhões de toneladas, com redução de 15% na produção da primeira safra e aumento de 10% na produção de segunda safra.

Na comercialização da primeira safra, os meses com maior volume comercializado foram fevereiro, março e abril totalizando 63% com uma média de preço recebido pelos produtores no Paraná de R\$ 21,00 por saca de 60kg. Na safra anterior, nestes mesmos meses, foi comercializado o percentual de 48% e com uma média de preço maior, de R\$ 22,44 por saca.

Trigo apresenta margens menores

O VBP do trigo em 2015 totalizou R\$ 2,3 bilhões reduzindo 13,3% em relação ao ano anterior, com participação de 3,6% no VBP total do Estado. A participação média da cultura do trigo no VBP do Paraná nos últimos nove anos é de 3,8%, portanto se manteve na média em 2015.

A produção estadual de trigo na safra 2015 teve redução de 13%, devido à redução de área plantada de 4% e à produtividade 9% menor que no ano anterior. O excesso de chuvas no mês de julho na região Oeste, o veranico prolongado em agosto e chuvas durante o mês de novembro em todo o Estado influenciaram negativamente na quantidade e na qualidade do cereal.

O preço médio anual recebido pelo produtor até dezembro foi de R\$ 34,04 por saca ficando 7% abaixo dos R\$ 36,66 por saca do ano anterior. Os custos de produção subiram em algumas regiões, principalmente devido ao aumento de aplicações de produtos para controlar doenças fúngicas que se desenvolveram com a umidade excessiva, reduzindo a margem de renda ou apresentando prejuízos com a cultura.



Um trampolim para o mercado de trabalho



Iguatemi: turma do AAJ 2015

Oferecer capacitação aos jovens e prepará-los para o mercado de trabalho. Essa é a meta do Programa Aprendizagem de Adolescentes e Jovens (AAJ), oferecido pelo SENAR-PR desde 2010. Em 2015, 195 jovens divididos em 13 turmas nas áreas de Mecânica e Avicultura participaram do curso. Criado em 2010, o programa garante mão de obra qualificada nas áreas de atuação, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento do meio rural.

A unidade da Usina Santa Terezinha no distrito de Iguatemi (Maringá) oferece o curso desde 2011. Lá, participar do curso AAJ – Mecânica está se tornando um hábito entre as famílias. “Muitos irmãos mais novos dos ex-alunos procuram o processo seletivo. Eles afirmam que o AAJ é um trampolim para sua carreira profissional”, revela a psicóloga e chefe de treinamento Déborah Sanches.

Ela conta que a empresa investiu em infraestrutura para garantir todas as condições para a aprendizagem. “Foi reformada a estrutura de uma sala para a parte teórica e prática. Além disso, disponibilizamos um monitor para acompanhar o grupo na parte prática.”

Sobre a empregabilidade dos jovens, Déborah informa que 70% dos alunos já concluem o curso com trabalho certo, na própria usina ou nas empresas da região. “A carga horária do curso (960 horas) se torna um diferencial para eles visto que as empresas querem os melhores funcionários e os mais bem preparados.”

Para divulgar o programa a usina divulga o curso nas escolas públicas de Iguatemi e do município de Mandaguaçu. Para este ano, foram entrevistados 50 candidatos e selecionados 10. As aulas começam 22 de fevereiro.

Atitudes pessoais

Há nove anos atuando como instrutora do SENAR-PR nos municípios de Itapejara D'oste e Ivaté, na região Noroeste do Paraná, a bióloga e mestre em Agronomia, Fernanda Santos Marcuz é categórica “não existe uma capacitação do nível do AAJ na região”. Segundo ela, o curso prepara o jovem não só na área técnica, mas também ensina a desenvolver habilidades e atitudes pessoais no ambiente de trabalho.

Em 2013, o programa teve sua carga horária adequada de acordo com as exigências da Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego nº 723 de 23/04/2012. Na área de Mecânica, o curso tem 960 horas, sendo 240 de conteúdo básico, 240 de conteúdo específico e 480 de prática profissional. Cada participante recebe um salário mínimo proporcional à carga horária além de benefícios como vale transporte, vale alimentação e plano de saúde.

Na atividade avícola, são 800 horas, seguindo a mesma proporção. Na Avícola Pato Branco, uma das empresas participantes do AAJ, a diretora Odilete Tereza Rotava Herget confirma a dificuldade de contratar jovens para o trabalho no meio rural. “Infelizmente os jovens que moram nas cidades, mesmo as do interior do Estado, só querem trabalhar com tecnologia. Em 2015 a turma de 15 que fizeram o curso, um desistiu por ter recebido uma bolsa de estudos em outra cidade. Contratamos dois alunos que estavam habilitados no fator idade após o término do curso”, diz. A Avícola Pato Branco possui seis granjas de ovos e um incubatório no município, que juntos produzem 5 milhões de pintinhos/mês.

Em 2015, as Usinas do Grupo Santa Terezi- nha organizaram 11 turmas do AAJ atendendo 100 jovens por município no total. Em Iguatemi foi uma turma, com 10 jovens. Nos municípios de Ivaté, Parancity e Terra Rica foram realizadas duas turmas em cada, totalizando 60 jovens. Em Tapejara foram duas turmas com 15 participantes cada, totalizando 30 jovens.

Para 2016 continuam duas turmas em Pato Branco na área da Avicultura. Na área de mecânica estão previstas a organização de duas turmas em Itapejara D'oste, uma turma em Parancity e outra em Iguatemi.



Terra Rica: duas turmas de mecânica do AAJ 2015



Tapejara: duas turmas de mecânica do AAJ 2015



Parancity: duas turmas de mecânica do AAJ 2015

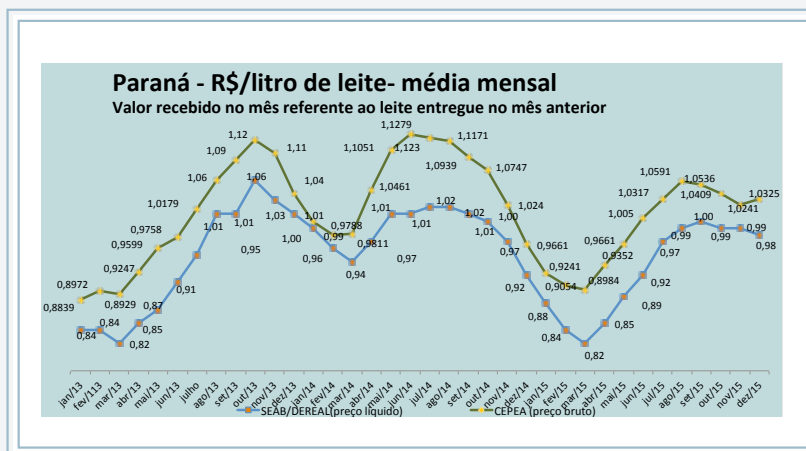


Ivaté: duas turmas de mecânica do AAJ 2015

Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná / **CONSELEITE-PR**

RESOLUÇÃO Nº 01/2016

A diretoria do Conseleite-Paraná reunida no dia 19 de janeiro de 2016 na sede FAEP na cidade de Curitiba, atendendo aos dispositivos disciplinados no Capítulo II, do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em dezembro de 2015 e a projeção dos valores de referência para o mês de janeiro de 2016, calculados por metodologia definida pelo Conseleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes.



VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - NOVEMBRO/2015

Matéria Prima	Valor Projetado em dezembro/2015	Valor Final dezembro/2015	Diferença (final-projetado)
Leite PADRÃO	0,9318	0,9230	-0,0088

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - DEZEMBRO/2015 E PROJETADOS PARA JANEIRO/2016

Matéria Prima - Valores Finais	Valor Final dezembro/2015	Valor Projetado em janeiro/2016	Diferença (projetado-final)
Leite PADRÃO	0,9230	0,9034	-0,0196

(*) Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite "posto propriedade", o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funnrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural

Observações: Os valores de referência indicados nesta resolução correspondem a matéria-prima leite denominada "Leite PADRÃO", que se refere ao leite analisado que contém 3,50% de gordura, 3,10% de proteína, 400 mil células somáticas /ml e 300 mil ufc/ml de contagem bacteriana.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de janeiro de 2016 é de **R\$ 1,8347/litro.**

Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conseleite-Paraná disponibiliza um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador está disponível no seguinte endereço eletrônico: www.sistemafaep.org.br/conseleite

Curitiba, 19 de janeiro de 2016

WILSON THIESEN Presidente | **RONEI VOLPI** Vice - Presidente



Nova Sede em Terra Roxa

No dia 18 de dezembro o Sindicato Rural de Terra Roxa inaugurou sua nova sede. O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette compareceu ao evento, juntamente com autoridades locais e regionais. “Parabenizo o sindicato pela determinação e persistência em fortalecer a instituição que representa os agricultores”, disse Meneguette.

SENAR-PR assina convênio com a Global GAP

Entre os dias 3 e 5 de fevereiro acontece em Berlim, a Fruit Logística 2016, a maior feira de frutas e hortaliças da Europa, e será nesse evento que o SENAR-PR assinará um termo de cooperação com a Global GAP (sigla em inglês para boas práticas agrícolas),

empresa europeia sem fins lucrativos, criada em 1997, que é líder mundial em certificação e garantia de produção sustentável e segura. Com essa parceria o SENAR-PR será a única instituição no Brasil credenciada para referenciar a certificação de empresas, profissionais e produtores rurais.

A Global GAP produziu um manual de Boas Práticas Agrícolas (BPA) válido em todo mundo e atualizado regularmente. Assim consegue atender as exigências dos consumidores em relação à forma como os alimentos são produzidos, garantindo comercialização aos agricultores certificados, que adotam as BPA. Os protocolos de certificação Global GAP estão presentes em 123 países.



Visita da vice-governadora

A vice-governadora do Paraná, Cida Borghetti, visitou o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, e o superintendente do SENAR-PR, Humberto Malucelli Neto, no dia 26 de janeiro. Na ocasião, Cida recebeu os relatórios de atividades do Sistema do ano de 2015.

Sertanópolis**NR 33 - vigia**

O Sindicato Rural de Sertanópolis realizou, em parceria com a LCA Alimentos, nos dias 8 e 9 de dezembro de 2015 o curso Trabalhador na Segurança do Trabalho – NR – 33 - Espaço Confinado – trabalhador e vigia – carga horário 16 horas. Participaram oito trabalhadores com o instrutor Marcelo Silveira dos Santos.

Sertanópolis**NR 33 - atualização**

O Sindicato Rural de Sertanópolis realizou, em parceria com a Seara Agroindústria, no dia 11 de novembro de 2015, o curso Trabalhador na Segurança no Trabalho – NR – 33 – Espaço Confinado – atualização – oito horas. Participaram sete trabalhadores com o instrutor Clovis Michelim Biasuz.

Cianorte**JAA**

No dia 1 de dezembro de 2015 aconteceu a cerimônia de encerramento do programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), que teve como parceiro o Colégio Itacelina Bittencourt. Estavam presentes: os pais e familiares dos alunos concluintes, o presidente do Sindicato Rural de Cianorte, Domingos Vela e a diretora do colégio, Valéria Regina Ferrari Arruda. A instrutora do grupo foi Fernanda Santos Marcuz.

Cornélio Procópio**Apicultura**

O Sindicato Rural de Cornélio Procópio realizou de 1 a 4 de dezembro de 2015 o curso Trabalhador na Apicultura - Apicultura I. Participaram 15 produtores rurais com o instrutor Luis Hiroshi Shimizu.

Ibiporã



Posse

No dia 4 de dezembro de 2015 foi empossada a diretoria eleita do Sindicato Rural de Ibiporã. Foram eleitos: Antônio Nadir Bigati como presidente; Luiz Massaaki Hoshino vice-presidente; José Alfredo Rossi Vella secretário e Adilson José Maggi como tesoureiro.

Juranda



JAA

Um grupo de estudantes, de Juranda, que fizeram o curso Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) – Preparando para a Gestão, participaram de uma gincana no dia 21 de novembro, no município de Barbosa Ferraz. O grupo conquistou o segundo lugar na competição. O instrutor do grupo foi Francisco Leite Santos Junior (Chicão).

Campina da Lagoa



Corte e costura

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa realizou o curso de Artesanato de Tecidos - confecção básica de vestuário (corte e costura), no período de 5 de outubro a 4 de dezembro de 2015. Participaram 15 mulheres, as aulas aconteceram no Espaço da Estação do Ofício com a instrutora Vilma Ferreira de Macedo Cardoso.

Sertanópolis



NR - 35 - formação

O Sindicato Rural de Sertanópolis realizou, em parceria com a LCA Alimentos, de 3 a 4 de novembro de 2015, o curso Trabalhador em Altura Agroindústria – NR -35 – Formação – 40 horas. Participaram seis trabalhadores com o instrutor Marcelo Silvério dos Santos.



“O negócio é trabalhar com seriedade e não dar calote. No futuro, todos os clubes de futebol terão que ser assim. Não cabem mais aventuras no futebol.”

Neivor Canton, vice-presidente do frigorífico Aurora, patrocinador da Chapecoense. O clube de Santa Catarina foi destaque em reportagem do jornal Folha de S. Paulo em janeiro por ter um dos bons times do Centro-Sul do país bancados pelo agronegócio.



A mais idosa

Em 1777, o navegador britânico James Cook deu de presente à família real da ilha de Tonga uma tartaruga rajada de Madagascar. O animal recebeu o nome Tu'i Malila (que significa Rei Malila) e continuou com a família até 1965, quando morreu de causas naturais, com 188 anos de idade. Os pesquisadores consideram Tu'i Malila a tartaruga de vida comprovadamente mais longa até hoje. O corpo da tartaruga foi empalhado e está hoje em um museu na capital de Tonga, Nuku'alofa.



Casamento à moda antiga

Duas músicas compostas por compositores alemães são as músicas mais usadas em casamentos no mundo ocidental. As marchas nupciais de Felix Mendelssohn e Richard Wagner costumam ser tocadas na entrada da noiva ou na saída do casal. A tradição começou no casamento de Victoria Adelaide, uma das filhas da rainha Vitória, da Inglaterra, em 25 de janeiro de 1858. A escolha das músicas não era acidental: o noivo era o imperador Frederico III da Alemanha. Depois da cerimônia, apresentar essas peças tornou-se moda entre os plebeus – uma moda que já dura mais de 150 anos!

Viva a graviola!

Ela não é muito comum no Sul do Brasil, mas no Norte a graviola é uma fruta bastante popular. É consumida in natura e em doces e sorvetes. Além disso, a tradição associa a graviola a diversos usos medicinais. No Peru, o chá das folhas da graviola é usado para aliviar o excesso de catarro. No Caribe, se diz que o suco é bom para conter a diarreia. Nas Guianas e na América Central, come-se a fruta e bebe-se o chá para reduzir a pressão arterial e acalmar o coração.



Pré-histórico

O gavial parece um animal pré-histórico. O focinho longo, com dentes à mostra mesmo quando o réptil está com a boca fechada, dão a ele um aspecto semelhante ao daqueles esqueletos que a gente vê em museus e documentários de tevê. A ideia não está longe da realidade. A maioria das espécies mais próximas já estão extintas, restando apenas o animal que vive nos rios da Índia e do Nepal. E mesmo este está em risco: estima-se que existam apenas algo como 250 gaviais vivos, em seu habitat natural.



Sem desastres

As chuvas contínuas do início do ano provocaram enchentes em vários lugares do Brasil, inclusive no Paraná. Em meio às dificuldades, alguém pode ter pensado em como seria bom viver em um lugar onde não houvesse enchentes, nem secas, nem furacões, nem terremotos. As Nações Unidas fizeram um ranking mostrando quais são os países propensos a desastres naturais. E descobriu que o Catar é o país mais seguro do mundo no que se refere a esse tipo de problema. Outras nações “seguras” são Malta, no Mediterrâneo, a Arábia Saudita, Barbados e Granada, no Caribe. Na outra ponta do ranking, Vanuatu e Tonga, na Polinésia, Filipinas e Bangladesh, na Ásia, e Guatemala, na América Central, são os países de maior risco no mundo.



Selachofobia

Esse é o nome dado ao medo de tubarões. Apesar do recente ataque a um turista paranaense em Fernando de Noronha, o brasileiro não tem razão para ser selachofóbico. Segundo o setor de Ictiologia (estudo dos peixes) do Museu de História Natural da Flórida, que mantém um arquivo sobre esse tipo de incidente no mundo, de 1876 a 2013 houve apenas três ataques desse tipo registrados em toda a América do Sul, sem nenhuma morte. Por essa estatística, a região mais perigosa é a Costa Oeste dos Estados Unidos, onde já ocorreram 101 ataques, com 13 mortes – a mais recente delas, em 2012.



Meu nome é trabalho!

Há muito tempo, em uma ilha muito distante, Fidel está fazendo um de seus famosos discursos.

— E a partir de agora teremos de fazer mais sacrifícios! – diz.

Ao ouvir isso, alguém em meio à multidão grita:

— Pois então trabalharemos o dobro!

Animado, o líder prossegue:

— E temos de entender que haverá menos alimentos!

— Então trabalharemos o triplo! — replica a voz.

— As dificuldades vão aumentar!

— Nós trabalharemos o quádruplo!

Já meio desconfiado, o ditador chama o chefe da segurança e pergunta, ao pé do ouvido:

— Quem é esse sujeito que diz que vai trabalhar tanto?

— É o coeiro, comandante!

OS BONS OLHOS

Um homem morava no deserto e tinha quatro filhos ainda adolescentes. Querendo que eles aprendessem lições importantes para a vida, os enviou para uma terra onde havia muitas árvores. Mas ele não os mandou juntos: cada um foi em uma época diferente do ano.

O primeiro filho foi no inverno, o segundo na primavera, o terceiro no verão e o mais novo foi no outono.

Quando o último deles voltou, o pai os reuniu e pediu que relatassem o que tinham visto.

O primeiro filho disse que as árvores eram feias, meio curvadas, sem nenhum atrativo.

O segundo filho discordou e disse que na verdade as árvores eram muito verdes e cheias de brotinhos, parecendo ter um bom futuro.

O terceiro filho disse que eles estavam

errados, porque elas estavam repletas de flores, com um aroma incrível e uma aparência maravilhosa.

Já o mais novo discordou de todos e disse que as árvores estavam tão cheias de frutos que até se curvavam com o peso, passando a imagem de algo cheio de vida e substância.

O pai então explicou aos jovens que todos eles estavam certos. Na verdade, eles haviam visto as mesmas árvores, em diferentes fases. E explicou que não se pode julgar uma árvore – ou uma pessoa – apenas por uma estação ou uma fase de sua vida.

Ele explicou que a essência do que elas são, a alegria, o prazer, o amor, mas também as fases aparentemente ruins que fazem parte daquela vida só podem ser me-

didadas no fim da jornada, quando todas as estações forem concluídas.

Se você desistir quando chegar o inverno, vai perder as promessas da primavera, a beleza do verão e a plenitude do outono. Não permita que a dor de apenas uma estação destrua a alegria de todas as outras. Não julgue a vida por apenas uma fase.

Persevere nos caminhos difíceis, e épocas melhores virão com certeza!

Viva de forma simples, ame generosamente, importe-se profundamente, fale educadamente... E deixe o restante com Deus!

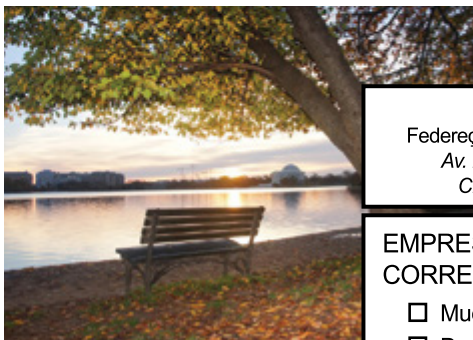
A felicidade mantém você doce.

Dores mantêm você humano.

Quedas mantêm você humilde.

O sucesso mantém você brilhando.

Provações mantêm você forte.



Endereço para devolução:
Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável

SISTEMA FAEP



SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
SENAR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

A versão digital deste informativo
está disponível no site:

sistemafaep.org.br